

Coleção Estudos e Pesquisas

Outubro/11

Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil

UGE/NA
Núcleo de Estudos e Pesquisas

SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas

2011. © Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação aos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Informações e contatos

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Unidade de Gestão Estratégica – UGE

SGAS 605 – Conj. A – Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70200-645.

Telefone: (61) 3348-7168

Site: www.sebrae.com.br

Presidente do Conselho Deliberativo

Roberto Simões

Diretor Presidente

Luiz Barretto

Diretor Técnico

Carlos Alberto dos Santos

Diretor de Administração e Finanças

José Cláudio dos Santos

Unidade de Gestão Estratégica

Gerente

Pio Cortizo

Elaboração e Execução da Pesquisa:

Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional – Núcleo de Estudos e Pesquisas

Marco Aurélio Bedê (coordenação técnica)

Leonardo Bosco Mattar Altoé (coordenação técnica)

Heitor Cova Gama

Paulo Jorge de Paiva Fonseca

Márcio Augusto Scherma

Rafael de Farias Moreira

Michel Ferreira Gandra

BD Consulting

Hao Min Huai

Revisão Ortográfica

Editoração Eletrônica

Índice

Apresentação

Sumário Executivo

1- Introdução

2- Experiências anteriores de medição da sobrevivência no Brasil

3- Metodologia de cálculo da taxa de sobrevivência das empresas

3.1. Universo de estudo

3.2. Situação da empresa em cada ano

3.3. Taxa de sobrevivência/mortalidade

4 - Resultados das taxas de sobrevivência das empresas no Brasil

5 - Comparações internacionais

6 - Considerações finais

7 - Bibliografia

Apresentação

No Brasil, são criados anualmente mais de 1,2 milhão de novos empreendimentos formais. Desse total, mais de 99% são micro e pequenas empresas e Empreendedores Individuais (EI).

As micro e pequenas empresas são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada do Brasil. Se somarmos a isso a ocupação que os empreendedores geram para si mesmos, pode-se dizer que os empreendimentos de micro e pequeno porte são responsáveis por, pelo menos, dois terços do total das ocupações existentes no setor privado da economia.

A sobrevivência desses empreendimentos é condição indispensável para o desenvolvimento econômico do País. E todos os estudos no Brasil e no mundo mostram que os dois primeiros anos de atividade de uma nova empresa são os mais difíceis, o que torna esse período o mais importante em termos de monitoramento da sobrevivência.

Há quase 15 anos, o Sebrae realiza pesquisas de campo para monitorar a sobrevivência dos novos empreendimentos. A partir deste trabalho, iniciamos uma nova forma de acompanhamento: no lugar das pesquisas por amostragem, fizemos um estudo baseado em dados cadastrais de caráter censitário. Em parceria com a Secretaria da Receita Federal, o Sebrae elaborou metodologia própria que permite identificar, a partir da base de dados da Receita, o total de empresas que são criadas e as que encerram suas atividades antes de completar o segundo ano de atividade. Outra vantagem dessa metodologia é que o Sebrae passará a atualizar anualmente o estudo.

Este trabalho mostra que as taxas de sobrevivência estão aumentando. O dado mais recente mostra que a cada 100 empreendimentos criados, 73 sobrevivem aos primeiros dois anos de atividade. A taxa supera a de países modelo do empreendedorismo, como a Itália.

O bom desempenho das empresas brasileiras resulta, dentre outros fatores, de um esforço conjunto do Sebrae com as demais instituições da sociedade, seja melhorando o ambiente onde estão inseridos esses negócios, seja por meio da ampliação do atendimento direto dos empresários de micro e pequenos empreendimentos. Nesse sentido, são exemplos, os quase 3,3 mil municípios que já implantaram a sua própria Lei Geral municipal e os quase 1,3 milhão de empresas que o Sebrae tem como meta de atendimento para 2011.

Muito já foi feito para melhorar as condições dos empreendimentos de micro e pequeno porte no Brasil, no entanto, muito ainda é possível realizar para melhorar os índices de sobrevivência desses empreendimentos. E o monitoramento desse processo é essencial para verificar se os esforços que estão sendo feitos estão gerando, de fato, os resultados desejados, que são a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas brasileiras.

Luiz Barretto

Diretor-Presidente do Sebrae Nacional

Sumário Executivo

Este trabalho apresenta os resultados da nova metodologia sobre o cálculo taxa de sobrevivência de empresas no país, elaborada pelo Sebrae. A partir do processamento das bases de dados mais recentes da Secretaria da Receita Federal (referentes aos anos de 2005 a 2009), obteve-se a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos, para as empresas constituídas nos anos de 2005 e 2006. Para as empresas constituídas em 2005, a taxa de sobrevivência das empresas brasileiras com até 2 anos foi de 71,9%. Para as empresas constituídas em 2006, a taxa de sobrevivência subiu para 73,1%. Para o grupo das empresas brasileiras constituídas em 2006, a taxa de sobrevivência foi maior para as empresas industriais (75,1%), seguido pelo comércio (74,1%), serviços (71,7%) e construção civil (66,2%). Entre as regiões, o sudeste é a região que apresentou a maior taxa de sobrevivência (76,4%), seguida pela região sul (71,7%), nordeste (69,1%), centro-oeste (68,3%) e norte (66%). Entre as Unidades da Federação, Roraima, Paraíba e Ceará foram as que apresentaram as maiores taxas de sobrevivência (as três UF apresentaram uma taxa próxima a 79%), seguidas pelos estados de Minas Gerais (78%) e São Paulo (77%). A taxa de sobrevivência para empresas com até 2 anos, aqui calculada para as empresas brasileiras constituídas em 2005 (71,9%), se aproximou das taxas mais recentes calculadas pela *OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development)* para países como Itália (taxa de sobrevivência de 68% para empresas com até 2 anos), Espanha (69%), Canadá (75%) e Luxemburgo (76%). A partir desta publicação, pretende-se que esta nova metodologia seja reaplicada anualmente, o que permitirá o monitoramento contínuo da taxa de sobrevivência das empresas no país.

Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil em 2009

1- Introdução

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados da nova metodologia de cálculo da taxa de sobrevivência das empresas no Brasil, elaborada pelo Sebrae, a partir do processamento das bases de dados da Secretaria da Receita Federal (SRF).

No nosso país, e no mundo em geral, as metodologias de cálculo das taxas de sobrevivência de empresas são ainda muito incipientes. Isso, porque se trata de um fenômeno de difícil mensuração.

Por um lado, muitas empresas ao encerrarem fisicamente suas atividades demoram certo tempo para regularizar sua situação nos órgãos oficiais. Em parte, porque os donos têm a esperança de reativar seu negócio em um futuro próximo (e muitos até o fazem, de fato). Há também casos de empreendedores que iniciam o registro de sua empresa, mas logo se deparam com problemas de pendências fiscais nos nomes de seus sócios, o que acaba interrompendo prematuramente o registro formal da empresa. Por outro lado, o registro de fechamento de uma empresa, às vezes, é acompanhado de reabertura de outra empresa, muito semelhante, que utiliza a mesma estrutura da empresa extinta anteriormente. Esses são apenas alguns exemplos com que se deparam os pesquisadores que buscam medir o fenômeno da sobrevivência/mortalidade de empresas.

Neste relatório, é apresentada na seção 2 uma breve exposição dos dois principais tipos de metodologias que existem para medir a sobrevivência das empresas, e um breve resumo das principais iniciativas de mensuração de indicadores de sobrevivência já realizados no Brasil.

Na seção 3, é descrita a nova metodologia utilizada pelo Sebrae para o cálculo da taxa de sobrevivência de empresas no país.

Na seção 4, são expostos os principais resultados da aplicação da metodologia descrita na seção anterior. Nessa seção, encontram-se as taxas de sobrevivência das empresas calculadas para o âmbito nacional, para as grandes regiões do país (CO, N, NE, S, SE) e para os 26 estados e mais o Distrito Federal. As taxas de sobrevivência são ainda calculadas para os quatro setores de atividade: comércio, serviços, indústria e construção civil. As taxas de sobrevivência expostas nessa seção dizem respeito às empresas com até 2 anos de atividade. A escolha de taxas para empresas com até 2 anos se deve ao fato de serem os dois primeiros anos o período mais delicado para a sobrevivência das micro e pequenas empresas.

Na seção 5, são apresentados dados internacionais sobre taxas de sobrevivência calculadas pela *Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)*, para um grupo de países, tais como Canadá, Espanha, Itália e Holanda, com metodologia muito próxima a aqui utilizada, tendo como base o mesmo período de mensuração. Nessa seção veremos que as taxas calculadas pelo Sebrae se aproximam das calculadas pela *OECD* para aquele grupo de países.

Na seção 6, são feitas algumas considerações relacionadas com a possibilidade de aperfeiçoamento, no futuro, da metodologia de cálculo das taxas de sobrevivência de empresas aqui apresentadas.

Finalmente, na seção 7, são apresentadas as principais referências bibliográficas utilizadas para a elaboração deste relatório.

2- Experiências anteriores de medição da sobrevivência no Brasil

Existem basicamente dois tipos de metodologias para o cálculo da taxa de sobrevivência de empresas: i) a que utiliza a pesquisa de campo para verificar *in loco*, se as empresas registradas formalmente em determinado período continuam em atividade, em um período posterior (no momento da pesquisa de campo); e, ii) a que utiliza o processamento e a análise de banco de dados oficiais para identificar a situação das empresas em dois momentos distintos do tempo.

Cada uma dessas metodologias possui vantagens e desvantagens. A pesquisa de campo tem como vantagens a obtenção de dados mais atualizados e a constatação empírica da manutenção das atividades das empresas visitadas, mas, por outro lado, apresenta elevado custo para sua realização. Por sua vez, a utilização do processamento das bases de dados oficiais apresenta custo mais baixo de elaboração, mas pode apresentar maior defasagem das informações no tempo.

A realização de ambos os métodos sobre um mesmo universo de empresas, abertas em um mesmo período, pode levar a resultados diferentes, em função de como se define o momento de “nascimento” da empresa (p.ex. se quando foi registrado na Junta Comercial, ou se quando obteve o seu CNPJ na SRF, ou ainda quando passou a constar nos cadastros oficiais tais como a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego e o Cadastro Central de Empresas – CEMPRES, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) e quais características são necessárias para classificar uma empresa como encerrada (p.ex. se está efetivamente em operação, ou pretende retomar a atividade após paralisação, ainda que temporária). Assim, métodos distintos tendem a gerar resultados distintos, ainda que possuam o mesmo objetivo - mensuração da sobrevivência de empresas.

Diante disso, a melhor opção é identificar o método mais adequado à realidade das instituições que se propõem a medir esse fenômeno, em termos de disponibilidade de recursos, experiência na realização de pesquisas e informações iniciais necessárias à realização desses trabalhos, e procurar manter a periodicidade do processo de mensuração escolhido. É a manutenção do mesmo método, por várias medições, que permitirá a geração de indicadores comparáveis no tempo.

No Brasil, as três principais instituições que já realizaram estudos sobre o tema sobrevivência de empresas são o IBGE, o BNDES e o Sebrae.

Os primeiros trabalhos realizados pelo IBGE sobre este tema foram divulgados no período 2002-2004, por meio das “Estatísticas do Cadastro Central de Empresas”. Na sequência, esse trabalho passou a ser publicado na série “Estudos & Pesquisas”, nos anos de 2005, 2006 e 2008. Basicamente, o IBGE realiza seus estudos sobre a sobrevivência a partir do processamento e análise do Cadastro Central de Empresas (CEMPRES), considerando como extinta a empresa criada no ano “t” cujo registro CNPJ está presente no ano “t”, mas não consta no cadastro do ano de referência “t+1”. A essa taxa atribuiu-se a denominação de “taxa

de sobrevivência de 1 ano”. No último estudo publicado (IBGE, 2010), a taxa de sobrevivência das empresas nascidas em 2007 e verificadas em 2008, encontrava-se em 76%.

Com relação ao BNDES, o primeiro estudo elaborado por técnicos daquela instituição foi publicado em 2000 (NAJBERG, S., PUGA, F.P. & OLIVEIRA, P.A.S., 2000). Posteriormente, esses mesmos autores e outros técnicos publicaram novos trabalhos sobre o mesmo tema (BNDES, 2002 e BNDES, 2003). No primeiro caso, a base utilizada foi a RAIS/MTE. Nos demais trabalhos, foi utilizado o Cadastro de Estabelecimentos Empregadores (CEE) do Ministério do Trabalho e Emprego. Nos últimos dois trabalhos, foram utilizadas duas definições de taxa de sobrevivência: empresas sobreviventes no ano “t”/estoque de empresas existentes no ano “t-1”; e empresas sobreviventes no ano “t”/empresas nascidas no ano “(t-n)”. Para este último indicador, foram estimadas taxas médias de sobrevivência de empresas com 1 ano (82%) e de empresas com 2 anos (67%). Os anos de referência foram 1996 (ano de nascimento) e 1997 e 1998 (anos utilizados para o cálculo das taxas). À exemplo do método selecionado pelo IBGE, os técnicos do BNDES fizeram a opção pelo processamento de bases de dados, embora tenham utilizado bases diferentes ao longo de seus estudos.

No caso do Sebrae, foi a primeira instituição que realizou estudos sobre o tema sobrevivência de empresas no país. Em 1997, o Sebrae-NA em parceria com o Sebrae/MG realizou uma pesquisa piloto no Estado de Minas Gerais (SEBRAE-NA, 1998). A metodologia utilizada, ao contrário do IBGE e do BNDES, foi a pesquisa de campo. A partir de uma amostra de empresas registradas na Junta Comercial do estado de Minas Gerais, no período 1995/96, realizou-se um amplo processo de rastreamento e busca dessas empresas para a constatação sobre se estavam em atividade ou não. Esse método, além de permitir a constatação empírica se a empresa está de fato em atividade, permite a realização de entrevistas que viabilizam a compreensão das causas do sucesso ou fracasso (ou fechamento) das empresas.

Posteriormente, novos estudos foram realizados à semelhança daquele primeiro em outras unidades da federação. São destaques os estudos realizados pelo SEBRAE-SP (2008 e 2010) e SEBRAE-RN (2005). No caso do SEBRAE-SP, durante um período de 12 anos foram realizados 6 estudos com a utilização da mesma metodologia. O próprio Sebrae Nacional voltou a reaplicar pesquisas de campo no período seguinte, porém, com alterações metodológicas, ao longo do tempo, por exemplo, quanto ao uso dos cadastros iniciais para sorteio das amostras. O último trabalho publicado pelo SEBRAE-NA (2007), a taxa de sobrevivência de empresas com até 2 anos (nascidas em 2005) foi de 78%.

Como foi dito anteriormente, uma das desvantagens do uso de pesquisas de campo é o alto custo para sua realização. Em razão disso, a partir de 2011, o Sebrae propôs-se a realizar o estudo da sobrevivência com base em uma nova metodologia. Basicamente, o que se propõe é realizar estudos sobre o tema, agora, a partir do processamento e análise de bases de dados oficiais. Além dos custos mais baixos, esse método permitirá a realização de trabalhos mais frequentes, por exemplo, com periodicidade anual. Além disso, abre-se a possibilidade de, no futuro, quando consolidado o método, serem geradas taxas mais desagregadas, seja por setores e segmentos de atividade ou por sub-regiões de um mesmo estado.

Na próxima seção, é feita a descrição da nova metodologia utilizada neste trabalho.

3- Metodologia de cálculo da taxa de sobrevivência das empresas

Sabe-se que todos os empreendimentos mercantis formais, a partir do momento da sua constituição, se relacionam com o governo seja por meio de obrigações fiscais (declaração de imposto de renda), ou de inscrição/exclusão no sistema tributário do Simples Federal ou em casos de encerramento formal (baixa). No Brasil, este relacionamento está registrado, em grande parte, nas bases de dados anuais da SRF, concedidas ao Sebrae por intermédio de convênio celebrado entre as duas instituições. É com base nesses registros que foi elaborada a metodologia de cálculo da taxa de sobrevivência das empresas brasileiras em 2009.

Basicamente, o que se propõe aqui é identificar nas bases de dados da SRF elementos e indícios para mensurar:

- A quantidade de empresas constituídas formalmente em um determinado ano; e
- A quantidade de empresas que permaneceram em atividade ou que encerraram suas atividades no próprio ano de abertura ou nos anos seguintes.

Para a formulação do método de cálculo das taxas de sobrevivência das empresas a partir das bases de informações da SRF, foi necessário partir das seguintes premissas:

- As empresas que se constituem formalmente na SRF começam a operar (entram em atividade) a partir da data de constituição. Isto é, não se considera a possibilidade em que estas existam apenas para efeito de documentação sem que estejam efetivamente em atividade (produção/venda/prestação de serviços);
- Um indício de que as empresas estão em atividade é quando estas cumprem com suas obrigações fiscais e estão com a situação cadastral em dia junto à SRF; e
- Um indício de que as empresas encerraram suas atividades é quando estas se omitem por mais de um ano com suas obrigações fiscais ou informam que estão inativas para se desobrigarem dos impostos relativos aos seus negócios; e
- As empresas que dão “baixa” do CNPJ¹ na SRF não voltam a operar, mesmo que informalmente.

3.1. Universo de estudo

Para efeito de uniformidade e levando em consideração a realidade das Micro e Pequenas Empresas (MPE), definiu-se o estabelecimento matriz como unidade do universo do estudo.

Sabe-se que uma única empresa pode possuir um ou mais estabelecimentos (mas apenas uma matriz), e cada estabelecimento pode estar em Unidades de Federações distintas, atuar em segmentos de atividades (CNAE²) diferentes e possuir datas de constituição distintas. No entanto, esta característica é atribuída principalmente a empresas de médio e grande porte.

Além disso, o universo de estudo foi restringido para estabelecimentos que:

¹ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da SRF.

² Classificação Nacional de Atividade Econômica – IBGE.

- Sejam de origem brasileira (não estrangeira);
- Possuam natureza jurídica compatível com as atividades mercantis (sociedade empresária limitada, empresário individual, sociedade empresária em nome coletivo, sociedade empresária em comandita simples, sociedade empresária em comandita por ações, sociedade simples pura, sociedade simples limitada, sociedade simples em nome coletivo e sociedade simples em comandita simples); e
- Atuem em segmentos de atividade não agrícola (baseado no seu CNAE).

A exclusão de atividades não agrícolas se justifica porque a base da SRF subestima esses empreendimentos, já que seu registro formal, na maioria dos casos, ocorre apenas nos órgãos estaduais de controle.

Nota-se que as características citadas acima podem sofrer alterações ao longo dos anos de atividade de cada estabelecimento, conforme necessidade de adaptação do negócio. No entanto, a seleção do universo foi efetuada a partir da característica dos estabelecimentos da primeira vez que estes surgem nas bases de dados da SRF.

Para efeito de análise, foram definidos dois conjuntos de universo³:

- Universo 1: Estabelecimentos constituídos na SRF no período de 1/jan/2005 a 31/dez/2005, utilizando-se as bases de dados de 2005, 2006, 2007 e 2008 (4 anos).
- Universo 2: Estabelecimentos constituídos na SRF no período de 1/jan/2006 a 31/dez/2006, utilizando-se as bases de dados de 2006, 2007, 2008 e 2009 (4 anos).

O uso de várias bases da SRF para identificar o ano de constituição se deve ao fato de que, em alguns casos, nas bases da SRF, o registro de criação de uma empresa pode aparecer nos anos seguintes ao da sua criação.

³ Posteriormente, foram realizados exercícios com mais três universos, para verificar a possibilidade de obtenção de indicadores com menor defasagem temporal. No entanto, foram mantidos os resultados apenas para os dois universos estudados, pois demonstraram possuir maior refinamento nas informações, visto que há um número não desprezível de empresas que deixam de entregar as Declarações de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (DIRPJ) em um ano e voltam a apresentá-la no ano seguinte. Os universos estudados e descartados foram: (a) Universo 3: Estabelecimentos constituídos na SRF no período de 1/jan/2005 a 31/dez/2005, utilizando-se as bases de dados de 2005, 2006 e 2007 (3 anos); (b) Universo 4: Estabelecimentos constituídos na SRF no período de 1/jan/2006 a 31/dez/2006, utilizando-se as bases de dados de 2006, 2007 e 2008 (3 anos); (c) Universo 5: Estabelecimentos constituídos na SRF no período de 1/jan/2007 a 31/dez/2007, utilizando-se as bases de dados de 2007, 2008 e 2009 (3 anos).

3.2. Situação da empresa em cada ano

A definição da situação (indício em termos de atividade ou não) de cada empresa dos universos citados acima também se baseou nas informações presentes nas variáveis da base de dados da SRF.

Indícios de estar “EM ATIVIDADE”

Nesse estudo, para que um estabelecimento constituído no ano (X) pudesse ser considerado “EM ATIVIDADE” no ano (X+n), seria preciso que o mesmo:

- Tivesse apresentado a DIRPJ⁴ no ano (X+n), a variável FORMA_TRIBUTAÇÃO_IRPJ seja diferente de “INATIVA” e esteja com SITUAÇÃO_CADASTRAL igual a “ATIVA”; ou
- Esteja inscrito no Simples Nacional em 31/dezembro/(X+n) e apresente a variável SITUAÇÃO_CADASTRAL igual a “ATIVA”; ou
- Possua indícios de estar “EM ATIVIDADE” nos anos posteriores a (X+n), desde que as bases destes anos posteriores estejam incluídos na análise (conforme previsto no Universo de estudo).

Indícios de estar “ENCERRADO”

Para que um estabelecimento constituído no ano (X) seja considerado “ENCERRADO” no ano (X+n), é preciso que este:

- Esteja com a variável SITUAÇÃO_CADASTRAL igual a “BAIXADA” no ano (X+n) ou até nos anos anteriores (anos X+1, X+2, ..., X+n-1); ou
- Esteja com a variável SITUAÇÃO_CADASTRAL igual a “SUSPENSA” ou “INAPTA” ou “NULA” no ano (X+n) ou até nos anos anteriores (anos X+1, X+2, ..., X+n-1), mas que não possua indícios de estar “EM ATIVIDADE” nos anos posteriores a (X+n), desde que as bases destes anos posteriores estejam incluídos na análise (conforme previsto no Universo de estudo).

Situação “INDETERMINADA”

Quando não se consegue encaixar a situação do estabelecimento nas casos citados acima, resume-se nos seguintes casos:

- Embora a SITUAÇÃO_CADASTRAL seja igual a “ATIVA”, o estabelecimento entrega DIRPJ com FORMA_TRIBUTAÇÃO_IRPJ igual a “INATIVA” pelo menos no ano (X+n); ou
- Embora a SITUAÇÃO_CADASTRAL seja igual a “ATIVA”, o estabelecimento não entrega DIRPJ e não está inscrito no Simples Nacional em 31/dezembro/(X+n).

Vale ressaltar que a situação “INDETERMINADA” definida acima indica que o estabelecimento não está em dia com o fisco e/ou que não está faturando para recolher IR. De certa forma, isto é um indício que o estabelecimento não está “EM ATIVIDADE”.

⁴ Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – SRF.

3.3. Taxa de sobrevivência/mortalidade

Com a utilização de 4 bases para análise, é possível determinar taxas de sobrevivência ou mortalidade para 1, 2 e até 3 anos. No entanto, foi estabelecida prioritariamente a determinação da taxa de sobrevivência de 2 anos.

Para o Universo 1 de estabelecimentos, por exemplo, obtém-se:

$$\text{Taxa de Mortalidade de 2 anos}_{[2005]} = \frac{\text{Estab. "ENCERRADO" em 2007} + \text{Estab. "INDETERMINADO" em 2007}}{\text{Estabelecimentos constituídos em 2005}}$$

(Utilizando para análise as informações das bases de dados de 2005, 2006, 2007 e 2008 da SRF)

$$\text{Taxa de Sobrevivência de 2 anos}_{[2005]} = 1 - \text{Taxa de Mortalidade de 2 anos}_{[2005]}$$

Analogamente, para o Universo 2 de estabelecimentos, obtém-se:

$$\text{Taxa de Mortalidade de 2 anos}_{[2006]} = \frac{\text{Estab. "ENCERRADO" em 2008} + \text{Estab. "INDETERMINADO" em 2008}}{\text{Estabelecimentos constituídos em 2006}}$$

(Utilizando para análise as informações das bases de dados de 2006, 2007, 2008 e 2009 da SRF)

$$\text{Taxa de Sobrevivência de 2 anos}_{[2006]} = 1 - \text{Taxa de Mortalidade de 2 anos}_{[2006]}$$

4 - Resultados das taxas de sobrevivência das empresas no Brasil

Tomando como referência as empresas brasileiras constituídas em 2006, a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos de atividade foi de 73,1% (Gráfico 1). Esse nível de sobrevivência foi superior à taxa das empresas com até 2 anos, no grupo das constituídas no ano anterior (71,9%), qual seja, de empresas constituídas em 2005. Como a taxa de mortalidade é complementar à da sobrevivência, pode-se dizer que a taxa de mortalidade de empresas com até 2 anos caiu de 28,1% para 26,9%, quando comparadas as empresas constituídas em 2005 e 2006 (Gráfico 2).

Sob o ponto de vista setorial (Gráfico 3), no mesmo período, a evolução da sobrevivência foi positiva para todos os grandes setores: indústria, comércio, serviços e construção civil. A taxa de sobrevivência da indústria cresceu de 74,8% para 75,1%, a do comércio cresceu de 72,2% para 74,1%, a taxa de sobrevivência das empresas do setor de serviços subiu de 71,3% para 71,7% e a da construção civil, de 62,6% para 66,2%. Assim, verifica-se que a sobrevivência é maior entre as empresas do setor industrial. Uma possível explicação pode ser a de que neste setor são maiores as barreiras à entrada (requisitos de capital e tecnologia são proporcionalmente maiores) para o ingresso no setor e onde tende a haver menor pressão da concorrência.

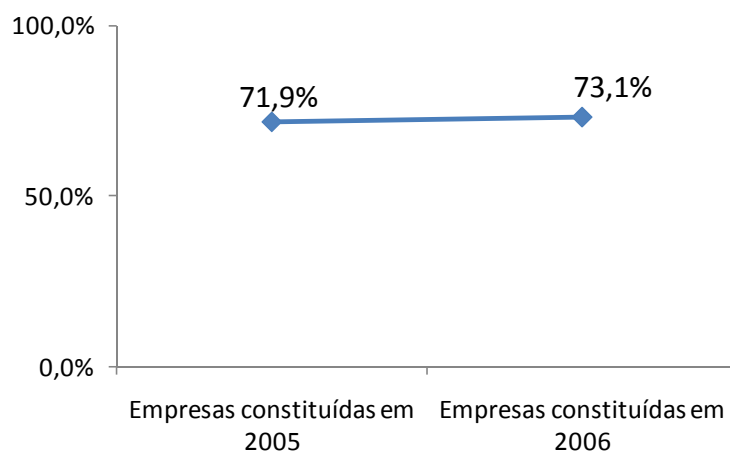
No outro extremo, as empresas do setor de construção civil apresentaram as menores taxas de sobrevivência. Não obstante isso, tais empresas registraram uma evolução mais expressiva entre os dois períodos de comparação. Uma possível explicação para a menor sobrevivência na construção civil pode estar relacionado à maior facilidade de ingresso nessas atividades, atividade essencialmente intensivas em mão-de-obra e que, em geral, requerem comparativamente menor nível de qualificação da mesma. Portanto, são menores as barreiras à entrada e maiores as pressões da concorrência nesse setor.

Por regiões do país (Gráfico 4), verifica-se que a taxa de sobrevivência é maior na região sudeste (76,4%), única região que apresenta taxa de sobrevivência superior à média nacional (73,1%). Na seqüência, vêm as regiões sul (71,7% de sobrevivência para empresas com até 2 anos), nordeste (69,1% de sobrevivência), centro-oeste (68,3%) e norte com taxa de sobrevivência de 66%.

De forma complementar, as taxas de mortalidade de empresas com até 2 anos são respectivamente: 23,6% no sudeste, 28,3% no sul, 30,9% no nordeste, 31,7% no centro-oeste e 34% no norte (Gráfico 5).

Como as empresas do setor industrial apresentam taxas de sobrevivência mais elevadas, em parte, isso ajuda a explicar o melhor desempenho relativo das regiões sudeste e sul, onde é maior a presença de empresas industriais. No sudeste, por exemplo, que concentra quase metade das empresas industriais do país (SEBRAE/DIEESE, 2010), a taxa de sobrevivência das empresas industriais chega a 79,6%, contribuindo para o melhor desempenho médio desta região, em termos da taxa de sobrevivência das empresas (Tabela 1).

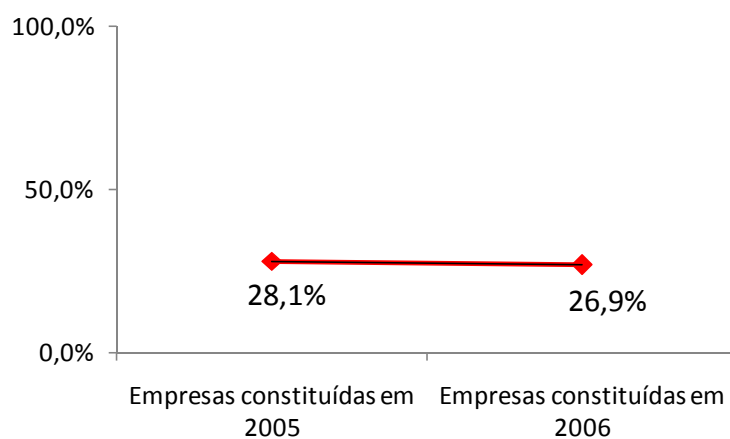
Gráfico 1 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, evolução no Brasil



Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2005 foram verificadas nas bases de 2005, 2006, 2007 e 2008. As empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

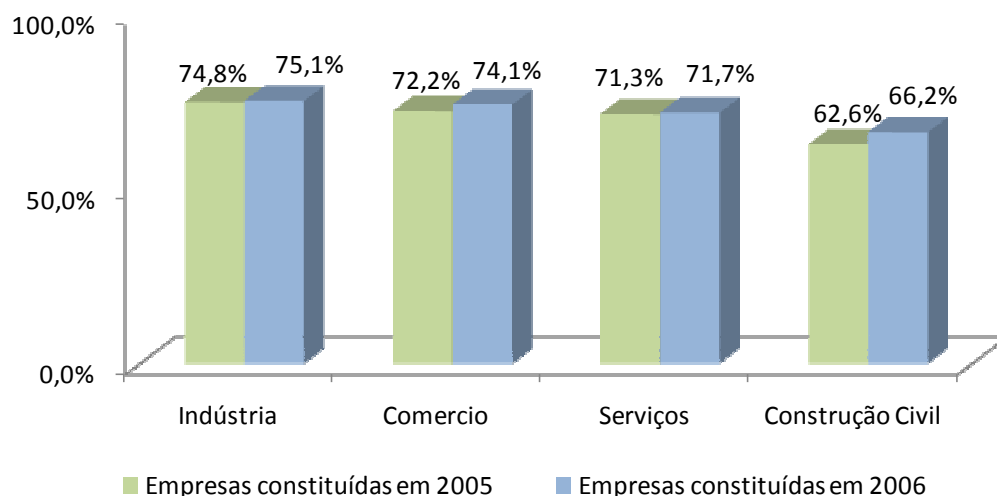
Gráfico 2 - Taxa de mortalidade de empresas de 2 anos, evolução no Brasil



Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2005 foram verificadas nas bases de 2005, 2006, 2007 e 2008. As empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

Gráfico 3 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, evolução por setores de atividade



Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2005 foram verificadas nas bases de 2005, 2006, 2007 e 2008. As empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

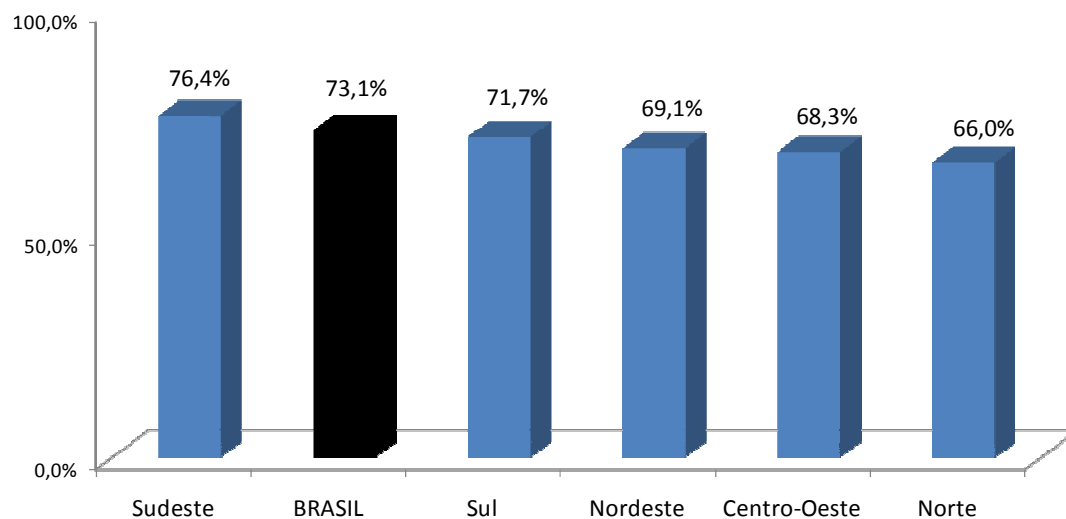
Entre as Unidades da Federação, verificam-se taxas de sobrevivência muito diferentes (Gráfico 6). Dez Unidades da Federação apresentam taxas de sobrevivência de empresas com até 2 anos superiores à média nacional. São destaques os estados Roraima, Paraíba e Ceará, com taxas de sobrevivência próximas a 79%, seguidos por Minas Gerais (78%), São Paulo (77%) e o Distrito Federal (75%). Dezesete Unidades da Federação apresentam taxas de sobrevivência inferiores à média nacional. Os estados de Pernambuco, Amazonas e Acre são os que apresentam taxas de sobrevivência mais baixas, com 58%, 59% e 60% de taxa de sobrevivência para empresas com até 2 anos, respectivamente.

De forma complementar, as taxas de mortalidade por Unidade da Federação variam de 21% em Roraima, até 42% no estado de Pernambuco.

A taxa de sobrevivência evoluiu positivamente para a maioria das regiões e estados (Tabela 2). Mesmo, onde a taxa de sobrevivência apresentou alguma redução, em geral, tais reduções não foram expressivas. Entre as regiões, apenas a região Nordeste apresentou queda na taxa de sobrevivência, de 69,6% para 69,1%, na comparação das empresas constituídas em 2005 e 2006. Nessa região, três estados apresentaram redução na taxa de sobrevivência (BA, PE e RN). Nas demais regiões (N, SE, S e CO), houve aumento na taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos. Nessas regiões, apenas os estados AM, GO, PA, RO e RJ apresentaram redução na taxa de sobrevivência, no período aqui analisado. Em 20 Unidades da Federação (AC, AL, AP, CE, DF, ES, MA, MG, MS, MT, PB, PI, PR, RJ, RR, RS, SC, SE, SP, TO) houve aumento da taxa de sobrevivência.

As tabelas 3 e 4 apresentam em detalhe as taxas de sobrevivência por Unidade da Federação e por setores de atividade. Assim, entre as empresas constituídas em 2006 (Tabela 4), a maior taxa de sobrevivência foi registrada nas empresas do setor industrial, no Estado da Paraíba (85,4% de sobrevivência para empresas com até 2 anos). Já a menor taxa de sobrevivência de empresas com até 2 anos foi registrada no setor de construção civil, no estado do Amapá (46,9%).

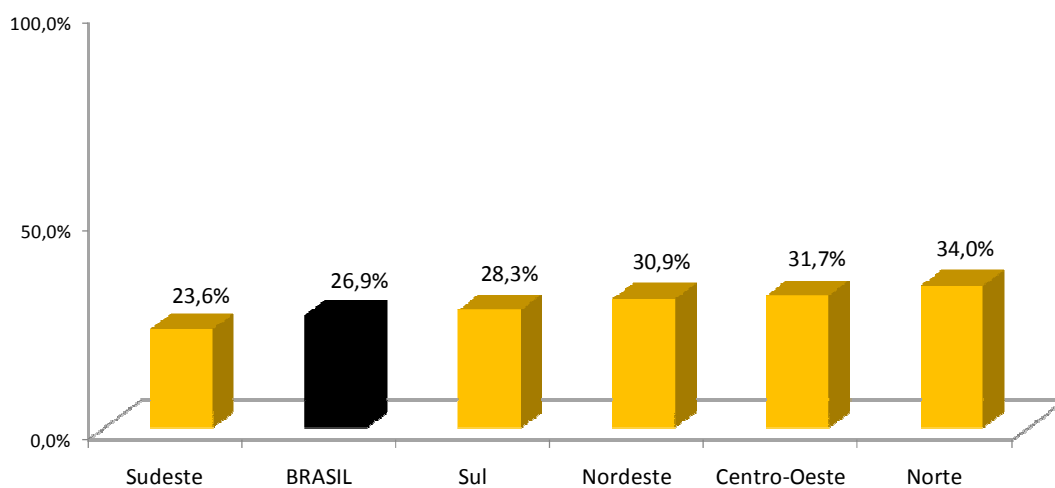
Gráfico 4 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2006, por regiões do país



Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

Gráfico 5 - Taxa de mortalidade de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2006, por regiões do país



Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

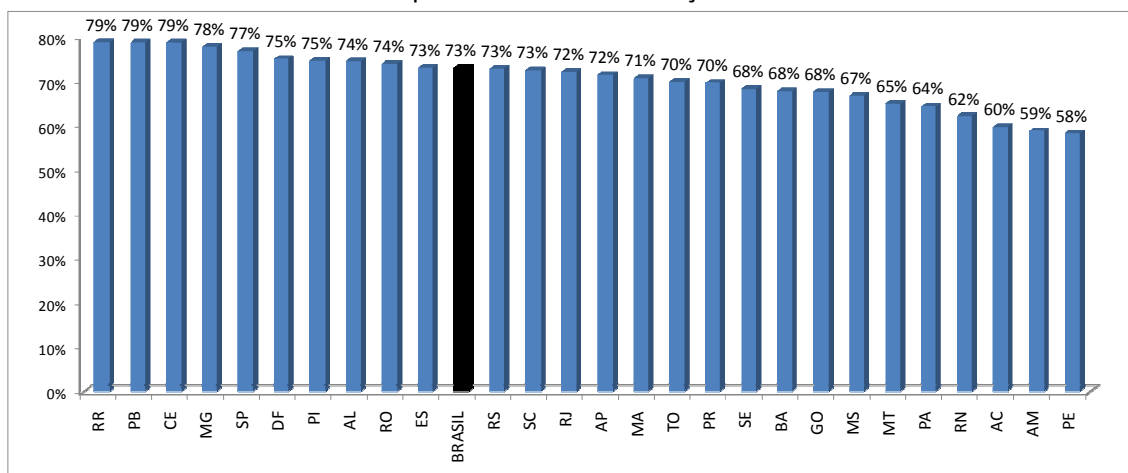
Tabela 1 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2006, por regiões e setores

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	BRASIL
Indústria	66,7%	71,8%	79,6%	73,9%	68,7%	75,1%
Comércio	69,4%	72,6%	77,0%	72,2%	69,4%	74,1%
Serviços	60,1%	62,2%	75,6%	70,8%	66,8%	71,7%
Construção Civil	54,8%	60,8%	70,9%	65,4%	64,1%	66,2%
TOTAL	66,0%	69,1%	76,4%	71,7%	68,3%	73,1%

Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

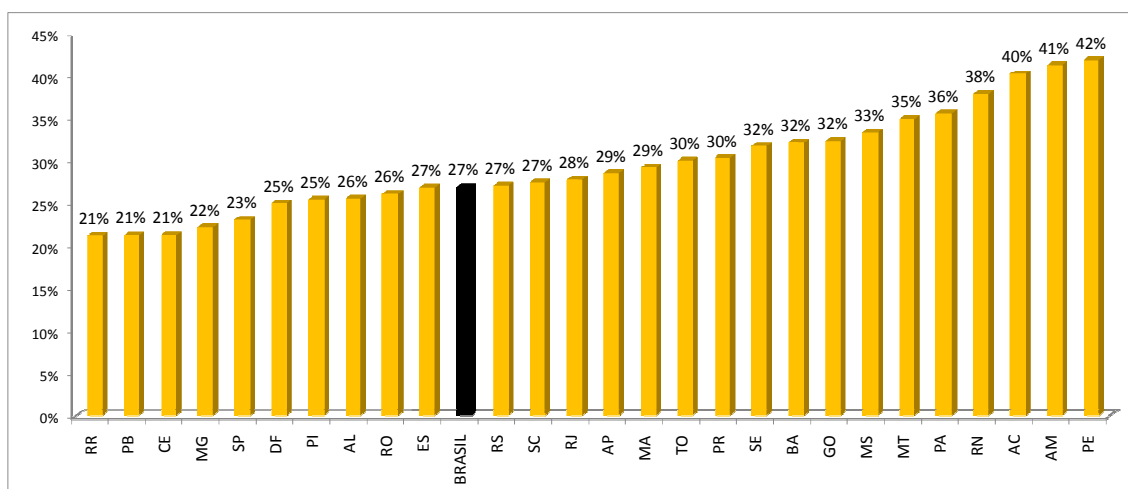
Gráfico 6 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2006, por Unidade da Federação



Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

Gráfico 7 - Taxa de mortalidade de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2006, por Unidade da Federação



Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

Tabela 2 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, evolução por Unidade da Federação

UF	Empresas constituídas em 2005	Empresas constituídas em 2006
Norte	65,9%	66,0%
AC	59,8%	59,8%
AM	59,5%	58,8%
AP	67,7%	71,5%
PA	64,8%	64,4%
RO	75,5%	73,9%
RR	73,7%	78,8%
TO	67,1%	70,0%
Nordeste	69,6%	69,1%
AL	72,4%	74,5%
BA	69,0%	67,8%
CE	77,9%	78,7%
MA	67,9%	70,8%
PB	77,0%	78,7%
PE	62,9%	58,2%
PI	74,1%	74,6%
RN	62,6%	62,1%
SE	67,8%	68,3%
Sudeste	74,6%	76,4%
ES	71,9%	73,1%
MG	76,4%	77,9%
RJ	73,5%	72,2%
SP	74,4%	77,0%
Sul	70,4%	71,7%
PR	68,6%	69,7%
RS	71,3%	72,9%
SC	71,5%	72,6%
Centro-Oeste	67,5%	68,3%
DF	72,6%	75,0%
GO	68,1%	67,6%
MS	65,4%	66,7%
MT	63,6%	65,1%
Total Brasil	71,9%	73,1%

Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2005 foram verificadas nas bases de 2005, 2006, 2007 e 2008. As empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

Tabela 3 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2005, por Unidade da Federação e setores

UF	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	TOTAL
AC	58,0%	51,6%	59,9%	62,3%	59,8%
AL	75,2%	55,8%	75,1%	67,5%	72,4%
AM	62,7%	48,4%	64,1%	52,1%	59,5%
AP	71,3%	47,5%	71,3%	63,8%	67,7%
BA	71,6%	57,2%	71,2%	65,4%	69,0%
CE	81,8%	65,1%	81,3%	69,3%	77,9%
DF	73,5%	66,4%	72,4%	73,0%	72,6%
ES	73,8%	66,7%	72,7%	70,4%	71,9%
GO	69,2%	62,2%	68,8%	66,8%	68,1%
MA	72,1%	49,8%	72,4%	54,5%	67,9%
MG	79,4%	70,5%	77,3%	74,5%	76,4%
MS	58,9%	63,9%	64,8%	68,3%	65,4%
MT	65,2%	52,1%	63,4%	64,4%	63,6%
PA	67,9%	56,5%	65,7%	62,5%	64,8%
PB	80,2%	64,8%	80,2%	70,3%	77,0%
PE	69,0%	55,5%	63,3%	59,9%	62,9%
PI	73,5%	62,1%	77,7%	64,6%	74,1%
PR	71,6%	65,0%	68,5%	68,2%	68,6%
RJ	76,3%	64,3%	73,0%	74,4%	73,5%
RN	64,0%	61,2%	63,2%	61,6%	62,6%
RO	80,8%	65,8%	77,9%	68,7%	75,5%
RR	69,4%	64,3%	77,9%	69,0%	73,7%
RS	75,1%	60,0%	72,0%	69,8%	71,3%
SC	77,2%	67,6%	71,0%	70,3%	71,5%
SE	71,8%	55,9%	70,1%	64,2%	67,8%
SP	77,0%	66,2%	73,8%	75,2%	74,4%
TO	73,3%	52,2%	68,8%	63,4%	67,1%
Total Brasil	74,8%	62,6%	72,2%	71,3%	71,9%

Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2005 foram verificadas nas bases de 2005, 2006, 2007 e 2008

Tabela 4 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2006, por Unidade da Federação e setores

	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	TOTAL
AC	59,3%	52,4%	61,8%	56,5%	59,8%
AL	73,4%	57,4%	78,0%	68,7%	74,5%
AM	59,9%	55,2%	64,0%	50,4%	58,8%
AP	63,5%	46,9%	79,6%	64,2%	71,5%
BA	69,9%	58,1%	71,0%	62,7%	67,8%
CE	79,6%	66,7%	83,1%	70,5%	78,7%
DF	74,2%	77,5%	75,4%	74,6%	75,0%
ES	73,8%	69,0%	75,1%	70,4%	73,1%
GO	68,6%	63,2%	69,4%	63,9%	67,6%
MA	77,4%	53,7%	76,1%	55,5%	70,8%
MG	79,8%	68,6%	79,7%	75,5%	77,9%
MS	67,8%	65,2%	67,5%	65,3%	66,7%
MT	68,0%	56,4%	66,3%	63,1%	65,1%
PA	64,4%	56,4%	66,9%	59,7%	64,4%
PB	85,4%	72,6%	81,4%	70,6%	78,7%
PE	60,5%	54,4%	60,0%	54,1%	58,2%
PI	83,9%	61,6%	77,5%	65,6%	74,6%
PR	70,5%	62,4%	69,9%	69,7%	69,7%
RJ	74,0%	68,2%	73,1%	71,6%	72,2%
RN	63,4%	65,0%	65,2%	56,4%	62,1%
RO	77,0%	65,9%	75,0%	70,9%	73,9%
RR	75,0%	60,0%	83,6%	75,1%	78,8%
RS	75,7%	63,8%	74,0%	71,3%	72,9%
SC	75,2%	72,2%	72,7%	71,5%	72,6%
SE	73,8%	63,6%	71,0%	63,2%	68,3%
SP	81,6%	72,3%	76,9%	76,9%	77,0%
TO	71,2%	47,9%	73,9%	64,0%	70,0%
Total Brasil	75,1%	66,2%	74,1%	71,7%	73,1%

Fonte: Sebrae-NA

Nota: as empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009

5 - Comparações internacionais

No âmbito internacional, verifica-se uma variedade de estudos que procuram levantar taxas de sobrevivência e/ou mortalidade de empresas. Em alguns casos para cidades específicas, em outros para estados/regiões/setores e até para países⁵. Um problema associado a esses estudos é a grande variedade de metodologias utilizadas.

No âmbito internacional, destaca-se o trabalho realizado pela *Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD, 2010)*, que busca, por meio de uma metodologia comum levantar a taxa de sobrevivência para empresas, principalmente, com até 1 ano, até 2 anos e até 3 anos, para as quais há maior volume de informações. Embora para alguns poucos países, tal organização também disponibilize taxas para até 4 anos e até 5 anos.

No presente trabalho, será dada maior ênfase à taxa de sobrevivência para empresas com até 2 anos da *OECD*, pela grande semelhança com a metodologia utilizada nas seções anteriores, para o cálculo da taxa de sobrevivência das empresas brasileiras.

Para a *OECD*,

“The survival of an enterprise is defined in the following way: An enterprise born in year xx or having survived to year xx from a previous year is considered to have survived in year xx+1 if it is active in terms of turnover and/or employment in any part of year xx+1 (= survival without changes). An enterprise is also considered to have survived if the linked legal unit(s) have ceased to be active, but their activity has been taken over by a new legal unit set up specifically to take over the factors of production of that enterprise (= survival by take-over). Activity is defined as any turnover and/or employment in the period from 1.1 to 31.12 in a given year. For the populations of employer enterprise births and economic enterprise births, the employee thresholds of one, or two employees respectively, apply to the employment criterion. This definition is therefore in accordance with that used for the population of active enterprises and births, as described previously. If sufficient information on turnover or employment is lacking in order to determine whether or not an enterprise is active, then national methods leading to this aim will be accepted. This definition of survival excludes cases where enterprises merge, or are taken over by an existing enterprise in year xx”. (OECD, 2010).

Como é possível constatar, a definição de taxa de sobrevivência da *OECD* é bastante próxima à utilizada neste trabalho. A principal diferença entre as duas metodologias é que no caso da *OECD* a sobrevivência é calculada para empresas com empregados, ao passo que na metodologia aqui utilizada também são consideradas as empresas do tipo “zero empregado”. A opção por incluir, neste trabalho, a empresa do tipo “zero empregado” se deve a dois fatores. Por um lado, a base de dados da SRF não dispõe de dados atualizados sobre o número de empregados dos estabelecimentos analisados. Por outro lado, o número de empresas “zero

⁵ São exemplos, *OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS (2010)* que apresenta taxas de mortalidade de empresas para 12 regiões do Reino Unido e *INDUSTRY CANADA (2010)* que apresenta taxas para a indústria e o setor de serviços daquele país.

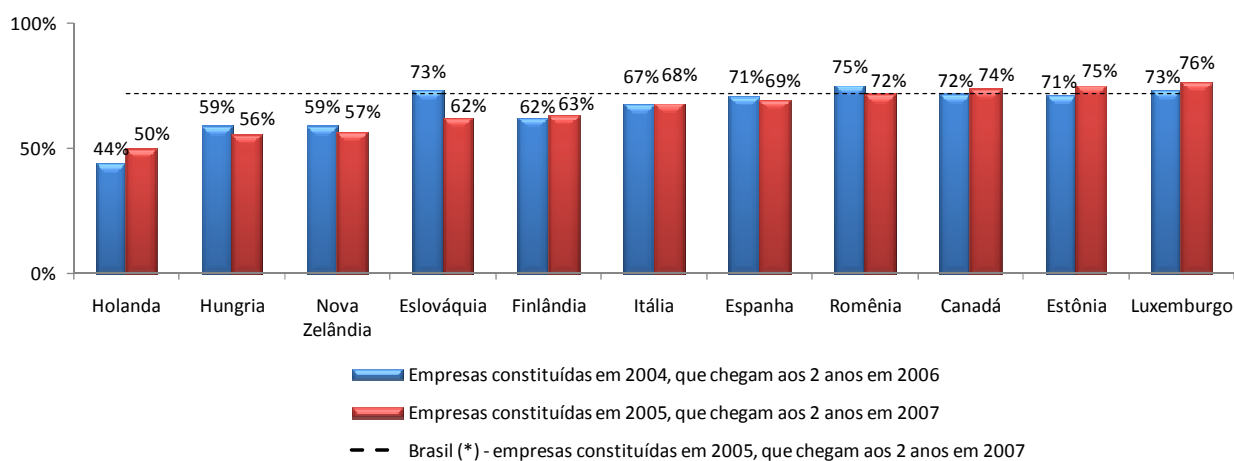
empregado” no Brasil chega a 64% do total dos estabelecimentos considerados em atividade pela Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (SEBRAE/DIEESE, 2010). Tais empresas, portanto, representam parcela expressiva do público-alvo do Sebrae.

Devido às diferenças conceituais apontadas, seria razoável esperar que as taxas de sobrevivência da *OECD* ficassem acima daquelas calculadas neste trabalho. Isto porque, no grupo de empresas com empregados tende a haver uma maior estabilidade dos negócios, por envolverem maior mobilização de recursos. Como observa o IBGE (2008), *“as empresas maiores, com maior capital imobilizado, tendem a permanecer mais tempo no mercado, pois os custos de saída costumam ser elevados, dentre outros fatores”* (IBGE, 2008, pg 27/28). NAJBERG, PUGA & OLIVEIRA (2000) observam que as taxas de sobrevivência tendem a ser maiores para as firmas de maior porte, em função do acesso mais facilitado ao capital humano e financeiro, além dos expressivos investimentos que servem de “colchão” para eventuais choques. Mesmo assim, a despeito do “viés” positivo da metodologia da *OECD*, quando comparadas com a taxa calculada para as empresas brasileiras, verifica-se que a taxa brasileira, aqui calculada, situa-se próxima às taxas de sobrevivência calculadas pela *OECD* (Gráfico 8).

Para as empresas constituídas em 2005 (e que completam 2 anos em 2007), a *OECD* calculou taxas de sobrevivência de empresas com até 2 anos para 11 países. No Gráfico 8, são apresentadas as taxas para os 11 países monitorados, que possuem pelo menos 2 anos consecutivos de medição. Essas taxas variam de 50% na Holanda até 76% em Luxemburgo. No mesmo gráfico, é apresentada uma linha pontilhada representando a taxa de sobrevivência das empresas brasileiras constituídas em 2005 (e que completam 2 anos em 2007). A taxa de sobrevivência de empresas brasileira (71,9%) é superior, por exemplo, às taxas de países como Espanha (69%), Itália (68%) e Holanda (50%) e é inferior às taxas do Canadá (74%), Estônia (75%) e Luxemburgo (76%).

Para as empresas constituídas em 2006 (e que completam 2 anos em 2008), a *OECD* só tem disponíveis as taxas de sobrevivência de empresas de Israel (67%) e Nova Zelândia (56,7%), ambas inferiores à taxa aqui calculada para as empresas brasileiras constituídas em 2006 (73,1%).

Gráfico 8 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, países monitorados pela *OECD*



Fonte: Sebrae-NA e *OECD*

Nota: (*) A linha pontilhada do gráfico expressa a taxa de sobrevivência de empresas brasileiras que completaram 2 anos em 2007 (71,9%). Trata-se das empresas constituídas em 2005 e verificadas nas bases de 2005, 2006, 2007 e 2008

Nota: para os países monitorados pela *OECD*, trata-se das empresas constituídas em 2004 e checadas nas bases de dados até 2006 e as empresas constituídas em 2005 checadas nas bases de dados até 2007

6 - Considerações finais

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados da nova metodologia de cálculo da taxa de sobrevivência das empresas no Brasil, desenvolvida pelo Sebrae, a partir do processamento das bases de dados da Secretaria da Receita Federal (SRF).

Após descrever as experiências dos trabalhos anteriores sobre o assunto, elaborados pelo IBGE, BNDES e pelo próprio Sebrae, foi apresentada a nova metodologia proposta pelo Sebrae, assim como os resultados a que se chegou no âmbito nacional, das grandes regiões, dos unidades da federação e dos setores de atividade.

Ao contrário dos anos anteriores, em que a instituição utilizou pesquisa de campo para realizar estudos sobre a sobrevivência de empresas, neste relatório, fez-se uso do processamento e análise das bases de dados cedidas pela SRF.

Foram calculadas taxas de sobrevivência para empresas com até 2 anos de atividade, tendo como referência para os anos de constituição as empresas criadas nos anos de 2005 e 2006. Para análise da sobrevivência, procurou-se identificar a situação cadastral dessas empresas em quatro bases. Para as empresas criadas em 2005, foram utilizadas as bases da SRF de 2005, 2006, 2007 e 2008. Para as empresas constituídas em 2006, foram utilizadas as bases da SRF de 2006, 2007, 2008 e 2009. A necessidade de fazer uso de 4 bases para o cálculo das taxas de sobrevivência se deve ao fato dos registros de uma empresa poderem surgir com alguma defasagem nas bases analisadas. Por exemplo, o registro de constituição de uma empresa criada em 2006 pode aparecer apenas nos anos seguintes. Há também um número não desprezível de empresas que deixa de declarar seu Imposto de Renda de Pessoa Jurídica em determinado ano, voltando a fazê-lo nos anos seguintes (ou entregá-las com atraso). Assim, as taxas de sobrevivência são relativas a 2 anos de atividade, mas utiliza-se para seu cálculo 4 bases de dados para identificar a situação de cada empresa: a mesma base do ano de constituição, mais as bases dos três anos seguintes à sua constituição.

Como resultado, verifica-se que, a taxa de sobrevivência das empresas constituídas em 2006 foi de 73,1%, nível superior ao verificado no grupo das empresas constituídas em 2005, cuja taxa de sobrevivência foi de 71,9%. Embora o estudo não capte as razões da melhora nas taxas de sobrevivência, a tendência ao aumento da sobrevivência aqui identificada está em sintonia com os avanços verificados tanto no âmbito dos negócios (p.ex. com tendência à melhora na legislação em favor das MPE), quanto no que diz respeito à evolução das características dos próprios empreendedores brasileiros (p.ex. aumento da escolaridade e dos esforços de capacitação).

O estudo apontou também que as taxas de sobrevivência são maiores no setor industrial, seguidas pelo comércio, serviços e construção civil. Para as empresas constituídas em 2006, as taxas de sobrevivência de empresas com até 2 anos nestes setores foram, respectivamente, 75,1%, 74,1%, 71,7% e 66,2%. Os melhores índices de sobrevivência das empresas da indústria parecem estar relacionados aos requisitos de capital e tecnologia, que tendem a ser

proporcionalmente maior nesse setor, o que reduz a entrada de concorrentes e a pressão concorrencial. Situação inversa parece ocorrer no setor de construção civil. Os menores requisitos de capital e tecnologia, em especial no grupo das empresas de micro e pequeno porte, implicam maior facilidade de ingresso no mercado e maior pressão concorrencial.

Na comparação das empresas constituídas em 2005 e 2006, verifica-se que em 20 Unidades da Federação houve aumento da taxa de sobrevivência de empresas com até 2 anos. Em apenas 8 Unidades da Federação houve queda, e onde houve queda da sobrevivência, em geral, tais reduções não foram expressivas.

Quando comparados os resultados deste trabalho com as taxas semelhantes calculadas pela *OECD*, para 12 países, verifica-se que a taxa de sobrevivência de empresas brasileiras constituídas em 2005 (71,9%) é superior, por exemplo, às taxas de países como Holanda (50%), Itália (68%) e Espanha (69%) e é inferior às taxas do Canadá (74%), Estônia (75%) e Luxemburgo (76%). As taxas aqui calculadas não são totalmente comparáveis às calculadas pela *OECD*, porque aquela instituição considera apenas as empresas com empregados, ao passo que no estudo do Sebrae também são considerados os empreendimentos com “zero-empregados”, conduzidos apenas pelos próprios donos. Embora haja essa diferença em termos de metodologia, os resultados aqui calculados se mostram muito próximos aos calculados pela *OECD*.

Este trabalho apresenta uma experiência piloto de cálculo da taxa de sobrevivência de empresas, a partir da base de dados da SRF. Espera-se, nos próximos anos, aprofundar essa experiência e prosseguir no processo de aperfeiçoamento da metodologia aqui utilizada. A medida que esse método se consolide, será possível elaborar indicadores com menor grau de defasagem temporal. Isso será possível, por exemplo, se o uso de 4 bases de dados puder ser substituída pelo uso de 3 bases de dados, a medida em que se verifique uma melhora na qualidade do cadastro utilizado. Outro exemplo de aperfeiçoamento a ser perseguido será trabalhar com um maior grau de detalhamento das informações, por exemplo, com o uso de um número maior de aberturas regionais e setoriais. Finalmente, um possível avanço adicional esperado para os próximos anos é a possibilidade de elaboração de índices de sobrevivência, não apenas para empresas com até 2 anos, mas também para outros graus de longevidade (p.ex. para empresas com até 1 ano, para empresas com até 3 anos, etc.)

Assim, este trabalho pretende ser o primeiro de uma série mais longa, de periodicidade anual, que permita monitorar a sobrevivência das empresas no país.

7 - Bibliografia

- BNDES (2002), “Análise da Sobrevivência das Firms Brasileiras”. Rio de Janeiro: série “Informe-se”, n.46, agosto/2002.
[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informesf/inf_46.pdf]
- BNDES (2003), “Demografia das Firms Brasileiras”. Rio de Janeiro: série “Informe-se”, n. 50, janeiro/2003.[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informesf/Inf_50.pdf]
- IBGE (2002), “Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2000”. Rio de Janeiro,
[<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/estatcadcentralempr/cempre2000.pdf>]
- IBGE (2007), “Demografia das Empresas 2005”. Rio de Janeiro: série “Estudos & Pesquisas Informações Econômicas”, n.6.
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/demografiaempresa/2005/demoempresa2005.pdf>
- IBGE (2008), “Demografia das Empresas 2006”. Rio de Janeiro: série “Estudos & Pesquisas Informações Econômicas”, n.10.
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/demosempresas/demoemp2006.pdf>
- IBGE (2010), “Demografia das Empresas 2008”. Rio de Janeiro: série “Estudos & Pesquisas Informações Econômicas”, n.14.
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/demografiaempresa/2008/demoempresa2008.pdf>
- INDUSTRY CANADA (2010), “The State of Entrepreneurship in Canada”. Ottawa.
[http://www.ic.gc.ca/eic/site/sbrp-rppe.nsf/vwapj/SEC-EEC_eng.pdf/\\$file/SEC-EEC_eng.pdf](http://www.ic.gc.ca/eic/site/sbrp-rppe.nsf/vwapj/SEC-EEC_eng.pdf/$file/SEC-EEC_eng.pdf).
- NAJBERG, Sheila, & PUGA, Fernando Pimentel & OLIVEIRA, Paulo André de Souza de Oliveira (2000), “Sobrevivência das Firms no Brasil: dez. 1995/dez. 1997”. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 33-48, junho/2000.
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1302.pdf
- OECD (2010), “The OECD Structural and Demographic Business Statistics (SDBS)”, march/ 2010
http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=SDBS_BDI, acesso em 20/07/2011
- OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS (2010), “Statistical Bulletin: Business Demography 2009: Enterprise births, deaths and survival”, Statistical Bulletin. UK, 1 December 2010
<http://www.statistics.gov.uk/pdffdir/bd1210.pdf>
- SEBRAE/DIEESE (2010), “Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa:2009”, São Paulo, 2010.
http://www.dieese.org.br/anu/Sebrae_completo2009.pdf

SEBRAE-NA (1998), “Fatores Condicionantes da Mortalidade de Empresas – pesquisa piloto realizada em Minas Gerais”. Mimeo.

SEBRAE-NA (2007), “Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas no Brasil, 2003-2005”. Brasília, agosto/2007.

[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/\\$File/NT00037936.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/$File/NT00037936.pdf)

SEBRAE-RN (2005), “Relatório da Taxa de Mortalidade das Empresas do RN”. Natal.

[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/51A426E1493B202303256FB90052E017/\\$File/NT000A5006.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/51A426E1493B202303256FB90052E017/$File/NT000A5006.pdf)

SEBRAE-SP (2008), “10 Anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade de Empresas”. São Paulo, Edições SEBRAE-SP.

[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/4BB33E51D81E5AE2832574E100742A84/\\$File/NT00039182.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/4BB33E51D81E5AE2832574E100742A84/$File/NT00039182.pdf)

SEBRAE-SP (2010), “12 Anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade de Empresas”. São Paulo, mimeo, agosto/2010.

<http://www.sebraesp.com.br/TenhoUmaEmpresa/Biblioteca/OutrosConteudos/EstudosEPesquisas/MortalidadeDasEmpresas/Paginas/MortalidadeDasEmpresas.aspx#bottom>